

Foto Joca Duarte



Acima, os estados em greve (em vermelho); ao lado, a greve em SP; abaixo, no Mato Grosso do Sul e na Bahia. Também já estão parados os servidores do Rio Grande do Sul, Minas, Rio, Espírito Santo, Mato Grosso, Goiás, Pará, Amazonas, Paraíba, Roraima, Rondônia, Acre, Alagoas, Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte e Maranhão

Greve expõe injustiça de 6 anos de salários congelados no Judiciário e MPU

Servidores do Judiciário Federal e do Ministério Público lutam por justiça e fazem greve nacional pela aprovação do PL 6613/2009 e do PL 6697/2009 e em defesa dos serviços públicos

Contra a injustiça, os servidores do Judiciário Federal e do Ministério Público da União estão em greve nacional. Lutam pela aprovação dos projetos que reestruturam suas carreiras, parados na Comissão de Finanças há mais de ano.

Querem evitar que se completem seis anos de salários congelados - a última reestruturação de cargos ocorreu em 2006. A greve pressiona o governo Dilma Rousseff, o Congresso e o Supremo Tribunal Federal a pautarem a questão. Sem isso, os projetos estariam esquecidos numa gaveta.

O governo usa a crise econômica para justificar o 'reajuste zero'. Argumenta não haver recursos, ao mesmo tempo em que o país bate recordes de arrecadação e bilhões são desviados para socorrer empresas e banqueiros - já concedeu este ano mais de R\$145 bilhões em desonerações, anistias a bancos, isenções fiscais e financiamentos subsidiados.

Enquanto ignora a data-base do funcionalismo há anos e desrespeita, assim, a Constituição e decisão do STF, o governo fala que

a categoria quer um aumento de 65%. Esconde a verdade: a incidência do projeto sobre a folha do Judiciário, se aplicado de uma só vez, limita-se a 33%. Eventuais duas parcelas em 2012 significarão pouco mais de 10% sobre a folha. As propostas não aplicam reajuste linear.

A projeção da inflação para o período que vai de junho de 2006 a dezembro deste ano é de 33,33%, chegando a 41,56% acumulados ao final de 2012. Isto é: os projetos não cobrem nem sequer a inflação do período. Enquanto isso, a maioria das categorias organizadas do setor privado recebe anualmente, e com justiça, a reposição da inflação mais aumento real.

Governo desrespeita poderes

Nada justifica o congelamento salarial além da intenção clara de transferir renda do trabalhador para o setor privado, seja na forma das mais altas taxas de juros das dívidas públicas do mundo, de financiamentos a

taxas inferiores às de mercado pelo BNDES ou com isenções fiscais.

A greve é direito, é legítima, é legal. Quem está na ilegalidade é o governo, que marginaliza grevistas, desrespeita a revisão anual dos salários e, agora, atropela a independência e autonomia entre os poderes da República ao mexer no orçamento do Judiciário.

Ampliar a greve

O STF não pode se calar. Precisa agir na esfera pública e nos autos, dando resposta às ações que lá tramitam. Parlamentares precisam se impor enquanto poder que também deveria ser independente.



A greve vai continuar e tende a crescer. É justa. É em defesa dos trabalhadores e dos serviços públicos. Quem está em greve, vai continuar. Quem ainda não está, precisa aderir. Disso depende o avanço nas negociações e o futuro de cada servidor.

Servidores de Brasília: construir a greve já e fortalecer a luta nacional

Brasília não pode ficar fora da greve. É preciso construí-la já e fortalecer a luta nacional da categoria. O movimento de oposição recolheu assinaturas para a convocação de uma assembleia, inicialmente marcada pela direção do sindicato para dia 23, mas adiada para 29 de novembro. Estes servidores entendem, porém, que é preciso construir já a greve e reforçar a luta contra o congelamento salarial. Os trabalhadores de Brasília têm uma tradição de luta e têm importância ímpar nas campanhas conjuntas do setor. É hora de unir forças para conquistar o PCS-4.



Projeto que congela salários é ameaça aos serviços públicos

PLP 549 congela salários por dez anos, 'engessa' administração pública e impede expansão de serviços; servidores também dizem não ao PL 1992, que privatiza aposentadoria

Foto Joana Darc

O projeto de lei que impõe novos limites para despesas de pessoal vai além de congelar os salários do funcionalismo por dez anos. Ele sintetiza a tentativa de esvaziar os serviços públicos e tornar a administração pública, de qualquer governo, refém do setor privado.

A greve do Judiciário Federal e do Ministério Público da União também defende o arquivamento do PLP 549/2009, que se encontra na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara.

O projeto congela os salários porque estabelece um limite aquém do crescimento vegetativo das despesas com pessoal. A proposta também 'engessa' a administração ao inviabilizar novas contratações e a expansão dos serviços. Aprovada, fará com que, ao longo de dez anos, enquanto aumentam a população a ser atendida e a economia, diminuam os quantitativos de servidores na ativa.

Até lideranças do governo reconhecem que a proposta congela salários e prejudica os serviços públicos, como assinalou o deputado Luis Carlos Busato (PTB-RS) em seu relatório na Comissão de Trabalho.

O PLP 549 mostra que a privatização dos serviços públicos começa pelo ataque aos salários e aos servidores



“Semana da Conciliação” será a “Semana da Indignação” dos servidores



Devido à “Semana da Conciliação”, as administrações da Justiça do Trabalho têm aumentado a repressão contra os grevistas em muitos estados. Tratada com todo cuidado pelo Judiciário, ela é vendida como um grande momento de ‘entendimento’. Mas não é bem assim.

Em geral, é um balcão de negócios em que empresários se aproveitam da morosidade da Justiça, em grande parte devido ao déficit de pessoal e de estrutura, para barganhar direitos com trabalhadores. Bancos são campeões nisso.

Diante da repressão, o Comando Nacional de Greve decidiu transformar a data, que vai de 28 de novembro a 2 de dezembro, em “Semana da Indignação”, com atos e intensificação da greve.

Servidores não podem pagar a conta da crise

Há uma aliança entre governos e o ‘mercado’ contra os trabalhadores em todo o mundo. Os responsáveis pela crise econômica mundial querem que este setor da sociedade pague a conta desse desastre, enquanto as elites empresariais são beneficiadas com socorros a base de dinheiro público.

É o velho capitalismo sobrevivendo como sabe melhor fazer: à custa de subsídio estatal. Para aplicar tal projeto, promove-se uma democracia de fachada. A vontade popular não

conta. Na Grécia, o ‘mercado’ e os governos centrais tremeram quando se cogitou consultar a população para saber se ela era favorável ao ‘acordo’, que penaliza os trabalhadores e torna aquele país uma colônia do FMI e da cúpula da União Européia.

No Brasil não é diferente. Governos eleitos com discursos contra a privatização são os primeiros a entregar serviços e riquezas nacionais ao setor privado. E a patrocinar uma série de projetos que atacam direitos dos

Manifestação nacional da categoria na Comissão Mista de Orçamento: de que lado vão ficar deputados e senadores?

Orçamento está em disputa: valorizar salários ou fazer superávit para pagar juros a banqueiros

Não é difícil constatar que as despesas com juros e serviços das dívidas públicas são as que consomem a maior fatia do Orçamento da União.

A política que sacraliza os superávits primários faz com que recursos sejam retirados das áreas sociais e dos serviços públicos para alimentar as economias destinadas a pagar juros a banqueiros.

No fundo, o que está em jogo na disputa por recursos orçamentários para aplicar os projetos salariais do Judiciário Federal e do MPU é saber se este dinheiro também vai ou não, no final das con-

tas, ajudar a engordar o superávit e a transferência colossal de recursos, que deveriam servir à população brasileira, para os donos do capital.

O Orçamento de 2011 prevê o gasto de quase ‘1 PCS-4’ do Judiciário Federal (o PL 6613/2009) por semana com juros e outros encargos financeiros da União.

Garantir os recursos na LOA de 2012 para os projetos dos servidores é não apenas uma questão de justiça, é optar por valorizar os serviços públicos em vez de agraciar os agiotas das riquezas produzidas no país.



LUTAFENAJUFE!
Organizar um lobby no Judiciário e MPU

Jornal do Movimento Nacional de Oposição no Judiciário Federal e Ministério Público da União

Jornalista responsável:
Hélcio Lourenço Duarte Filho